

2.ª EDIÇÃO

GERMANO MARQUES DA SILVA

DIREITO PROCESSUAL PENAL PORTUGUÊS

NOÇÕES E PRINCÍPIOS GERAIS
SUJEITOS PROCESSUAIS
RESPONSABILIDADE CIVIL CONEXA COM A CRIMINAL
OBJETO DO PROCESSO

VOL. I

UNIVERSIDADE CATÓLICA EDITORA
LISBOA 2017

NOTA DE APRESENTAÇÃO

Esgotada a edição anterior, a 1.^a do Vol. I do Direito Processual Penal Português, que deveria corresponder à 7.^a do Vol. I do Curso de Processo Penal, cuja 1.^a edição ocorreu em 1992, decidi corresponder ao pedido da Universidade Católica Editora e proceder à sua revisão para uma nova edição.

Como anunciei no prefácio da edição anterior, não era meu propósito reeditar o livro. Diversamente do que sucedia quando iniciei a publicação do Curso, há agora muitas obras, e de muita valia, sobre processo penal português pelo que a obra não fazia falta. À alternativa da reimpressão da edição anterior, tendo em atenção os seus principais destinatários, os estudantes, optei por nova edição para manter o texto actualizado, como sempre fiz desde a 1.^a edição do Curso.

A estrutura da obra é a mesma da sua 1.^a edição, tendo apenas sido introduzidas as necessárias actualizações e conformação do texto com o novo acordo ortográfico.

Continuar a servir os estudantes, é o meu único propósito.

Loures, abril de 2017

PREFÁCIO

Este livro deveria corresponder à 7.^a edição do I Volume do Curso de Processo Penal, cuja 1.^a edição ocorreu em 1992 e a 6.^a em 2011, e que consubstancia o meu ensino na Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (Escola de Lisboa). A obra foi engrossando nas sucessivas edições para responder a sugestões dos leitores e preenchimento de lacunas. Por razões editoriais é publicado agora com um outro título, mas no essencial é a continuação das edições anteriores do Curso com as atualizações que o decurso do tempo, as alterações legislativas e o labor da doutrina e da jurisprudência aconselharam. Continua a ser, como foi sempre o meu propósito, um texto didático para serviço dos meus alunos e de todos os estudantes que dele se servem como instrumento de estudo.

Do Curso de Processo Penal foram publicados 3 volumes, cada um com várias edições e reimpressões. Essa divisão permitiu-me manter o texto atualizado ao longo dos vinte anos que leva de publicação e assim servir melhor os seus principais destinatários. Também agora manterei a mesma divisão da matéria e se possível publicarei finalmente o IV Volume desde o início prometido.

O direito processual penal é importantíssimo para a defesa dos direitos das pessoas como vem sendo reconhecido de modo crescente em quase toda a parte, embora no ensino nem sempre se lhe atribua relevância em tempo letivo correspondente à sua importância. Por isso que a publicação de textos abrangendo os principais institutos do processo penal tenha também grande relevância prática. O Curso mereceu a atenção da jurisprudência, como o atestam as frequentes citações nas decisões dos tribunais, o que acresce a minha responsabilidade pela sua atualização.

O tempo é inexorável. Em breve atingirei, se Deus quiser, a idade da jubilação. Esta será, muito provavelmente, a última edição das minhas lições de Processo Penal e por isso me esforcei ainda mais por melhorar o texto na esperança de que a sua utilidade se mantenha para além do termo da minha carreira de professor.

Loures, agosto de 2013

ÍNDICE

NOTA DE APRESENTAÇÃO	7
PREFÁCIO	9
SIGLAS	11

PARTE I - NOÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I - DIREITO PROCESSUAL PENAL E PROCESSO PENAL

§ 1.º DELIMITAÇÃO DO DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. Conceito de direito processual penal	13
2. Direito penal, processo penal e direito processual penal	15
3. Âmbito do processo penal	20
4. Objeto do processo penal	22
5. Fins do processo penal	24

§ 2.º RELAÇÕES DO DIREITO PROCESSUAL PENAL COM OUTROS

RAMOS DO DIREITO E CIÊNCIAS AUXILIARES DO PROCESSO PENAL

6. Preliminar	26
7. Direito constitucional e processo no Tribunal Constitucional	27
8. Direito processual civil	28
9. Direito disciplinar	30
10. Ciências auxiliares do processo penal. A política criminal e o processo penal	34
10.1. Ciências auxiliares do processo penal	34
10.2. A política criminal e o processo penal	34
10.3. Processo Penal e «Direito Penal Global», «Direito Penal da Sociedade do Risco» e «Direito Penal do Inimigo».	36

§ 3.º A CONSTRUÇÃO JURÍDICA DO PROCESSO

11. Natureza jurídica do direito processual penal	36
12. Natureza jurídica do processo	39
13. Pressupostos processuais	42

§ 4.º PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO PENAL

14.	Preliminar. O «processo justo» ou «processo equitativo». As garantias de defesa	45
14.1.	Preliminar	45
14.2.	O «processo justo» ou «processo equitativo». A garantia de «todos os meios de defesa»	47
15.	Princípios inerentes à estrutura do processo	51
15.1.	Princípio da presunção de inocência	51
15.2.	Princípio da jurisdição e do juiz natural ou legal	57
15.2.1.	Princípio da jurisdição	57
15.2.2.	O juiz natural ou legal	61
15.3.	A estrutura acusatória	65
15.3.1.	Princípio acusatório	65
15.3.2.	Limitações do acusatório por atos com estrutura inquisitória	71
15.4.	Princípio da igualdade de oportunidades - isonomia processual	72
15.5.	Direito de ampla defesa	73
15.5.1.	Defesa técnica e pessoal	73
15.5.2.	Defesa pessoal; defesa pessoal positiva e negativa	75
15.5.2.1.	Defesa pessoal positiva	75
15.5.2.2.	Defesa negativa: direito ao silêncio e <i>nemo tenetur se detegere</i>	76
15.5.3.	Defesa técnica: direito a defensor em todos os atos do processo	78
15.6.	Princípio da lealdade	79
16.	Princípios relativos à promoção processual	83
16.1.	Princípio da oficialidade	83
16.2.	Princípios da legalidade e da oportunidade	85
16.3.	Princípio da acusação	89
17.	Princípios relativos à prossecução processual	89
17.1.	Princípio do contraditório	89
17.2.	Princípio da investigação	91
17.3.	Princípio da suficiência	92
17.4.	Princípio da celeridade e da economia processuais	93
17.4.1.	Princípio da celeridade	93
17.4.2.	Princípio da economia processual	95
18.	Princípios relativos à prova	96
18.1.	Princípio da presunção de inocência. Princípio <i>in dubio pro reo</i>	96

18.1.1.	<i>In dubio pro reo</i>	96
18.1.2.	Direito ao silêncio e à não autoinculpação	97
18.1.2.1.	Direito ao silêncio	97
18.1.2.2.	Direito à não autoinculpação	98
18.2.	Princípio da prova livre	98
18.3.	Princípio da investigação ou da verdade material	99
19.	Princípios relativos à forma	100
19.1.	O conceito de forma dos atos processuais	100
19.2.	Princípio da publicidade	101
19.3.	Princípio da oralidade	103
19.3.1.	Princípio da oralidade	103
19.3.2.	Princípio da imediação	104
19.3.3.	Forma escrita e língua dos atos processuais	104
19.4.	Princípio da concentração	105
20.	Princípio da proibição de perseguição penal múltipla (<i>ne bis in idem</i>)	106

CAPÍTULO II - A LEI PROCESSUAL PENAL

21.	As fontes do direito processual penal	108
21.1.	Os princípios gerais do processo penal	108
21.2.	As fontes formais	110
21.2.1.	Constituição da República Portuguesa	110
21.2.2.	Normas de direito internacional	112
21.2.3.	O Código de Processo Penal	116
21.2.4.	Legislação extravagante	117
21.3.	A jurisprudência	118
21.4.	A doutrina	119
22.	Interpretação e integração	120
23.	Validade da lei processual penal	121
23.1.	Validade temporal	121
23.1.1.	Princípios gerais	121
23.1.2.	As leis processuais penais materiais	122
23.2.	Validade espacial	125
23.3.	Validade pessoal	126

CAPÍTULO III - DA SUFICIÊNCIA DO PROCESSO PENAL. QUESTÕES PREJUDICIAIS

24.	Suficiência do processo penal	128
25.	Questões prejudiciais	128

25.1. Noção e tipo de questões prejudiciais	128
25.2. O problema das questões prejudiciais e os sistemas de solução	131
25.3. A prejudicialidade processual. Questões prejudiciais próprias e impróprias	131
25.4. A prejudicialidade no Código de Processo Penal português	132
25.5. Valor e efeito da decisão sobre questões prejudiciais	134

CAPÍTULO IV - DA RESPONSABILIDADE CIVIL E POR ILÍCITO DE MERA ORDENAÇÃO SOCIAL CONEXAS COM A CRIMINAL

§ 1.º DA RESPONSABILIDADE CIVIL CONEXA COM A CRIMINAL

26. Da responsabilidade civil emergente de crime	137
27. Da indemnização por facto ilícito e pelo risco arbitrada no processo penal	139
28. A decisão sobre a indemnização civil	140
28.1. A necessidade do pedido	140
28.2. Reparação da vítima em casos especiais. Atribuição de reparação pelos prejuízos sem prévio pedido	143
29. Legitimidade para o pedido civil	144
30. Tramitação da ação civil	145

§ 2.º DA RESPONSABILIDADE POR ILÍCITO DE MERA ORDENAÇÃO SOCIAL CONEXA COM A CRIMINAL

31. Da natureza do ilícito de mera ordenação social e respetivo processo	147
32. Processo de contraordenação e processo penal	151
32.1. Relações entre os dois tipos de processo	151
32.2. Concurso de crime e contraordenação	151
32.3. Outra legislação sobre processo de contraordenação	153

PARTE II - OS ELEMENTOS DO PROCESSO PENAL. DOS SUJEITOS PROCESSUAIS E DO OBJETO DO PROCESSO

LIVRO I - DOS SUJEITOS DO PROCESSO

INTRODUÇÃO

33. Os sujeitos processuais como elementos do processo: razão de sequência	155
34. Sujeitos e participantes processuais	156
35. Processo penal e «processo de partes»	157
35.1. Conceito e estrutura do processo penal português	157
35.2. Igualdade material de «armas»	159
36. As partes na ação civil conexa com a criminal.	162

TÍTULO I - DO JUIZ E DO TRIBUNAL**SUBTÍTULO I - DO TRIBUNAL****CAPÍTULO I - DA JURISDIÇÃO**

37. Conceito de jurisdição	163
38. Unidade e diversidade da jurisdição. Tribunais com jurisdição penal	164
39. Organização dos tribunais judiciais	168
40. Da jurisdição e competência	170
40.1. Distinção de jurisdição e competência	170
40.2. Competência internacional	170
40.3. Revisão e confirmação de sentença estrangeira	171
40.4. Da falta de jurisdição	171

CAPÍTULO II - DA COMPETÊNCIA**SECÇÃO I - COMPETÊNCIA MATERIAL E FUNCIONAL**

41. Distinção entre competência material e funcional	173
42. Competência material. Critérios para determinação do tribunal competente em 1. ^a instância	174
43. A gravidade da pena aplicável para efeito de determinação da competência	175
44. Competência material e funcional dos diferentes tribunais	177
44.1. Competência funcional do tribunal e competência dos juízes que compõem o tribunal	177
44.2. Competência do tribunal (juízo) de instrução criminal/juiz de instrução	178
44.3. Competência do tribunal singular	179
44.4. Competência do tribunal coletivo	180
44.5. Competência do tribunal do júri	180
44.6. Competência das Relações	183
44.7. Competência do Supremo Tribunal de Justiça	183
44.8. Competência dos tribunais de execução de penas	185
45. Fixação da competência pelo método da determinação concreta (art. 16.º, n.º 3)	186

SECÇÃO II - COMPETÊNCIA TERRITORIAL

46. Conceito de competência territorial	190
47. Critérios legais para determinação da competência territorial	191
47.1. Regras gerais	191

47.1.1.	Lugar da consumação do crime	191
47.1.2.	Lugar do último ato de execução ou ato preparatório	192
47.2.	Regras subsidiárias.	193
47.2.1.	Crime cometido a bordo de navio ou aeronave	193
47.2.2.	Crime de localização duvidosa ou desconhecida	193
47.2.3.	Crime cometido no estrangeiro	193
47.2.4.	Crime cometido parte em Portugal e parte no estrangeiro	194
47.2.5.	Processo respeitante a magistrados	195

SECÇÃO III - COMPETÊNCIA POR CONEXÃO

48.	Noção de competência por conexão	196
49.	Casos de conexão	197
49.1.	Formas de conexão	197
49.2.	Conexão subjetiva	197
49.3.	Concurso de crimes	199
49.4.	Conexão objetiva	200
49.5.	Competência para determinar a conexão	202
50.	Limites à conexão e separação de processos	202
50.1.	Limites à conexão	202
50.2.	Separação de processos	202
51.	Competência determinada pela conexão	204
51.1.	Competência material e funcional determinada pela conexão	204
51.2.	Competência territorial e regras subsidiárias	205
52.	Prorrogação da competência	205

CAPÍTULO III - DA DECLARAÇÃO DE INCOMPETÊNCIA

53.	Efeitos da incompetência dos tribunais	207
54.	Conhecimento e dedução da incompetência	208

CAPÍTULO IV - DOS CONFLITOS E DA REMOÇÃO DE COMPETÊNCIA

55.	Casos de conflito de competência e sua cessação	210
56.	Denúncia e resolução do conflito e recurso sobre a arguição de nulidade	211
56.1.	Denúncia e resolução do conflito	211
56.2.	Recorribilidade da decisão sobre competência	211
57.	Da remoção da competência	212

CAPÍTULO V - DOS IMPEDIMENTOS, RECUSAS E ESCUSAS

58. Dos impedimentos e suspeições	214
59. Impedimentos	214
60. Suspeições: recusas e escusas	216
61. Extensão do regime de impedimentos, recusas e escusas ao Ministério Público, peritos, intérpretes e funcionários de justiça	219

SUBTÍTULO II - DO JUIZ E DOS JURADOS

62. Razão de ordem	220
63. Os tribunais como órgãos de soberania. A legitimidade democrática dos juízes	220
63.1. Os tribunais como órgãos de soberania	220
63.2. A legitimidade democrática dos juízes	222
64. A independência e imparcialidade dos juízes. A exclusiva submissão à lei	224
64.1. A independência e imparcialidade dos juízes	224
64.2. Garantias de independência	227
64.3. Garantias de imparcialidade	228
64.4. Irresponsabilidade dos juízes pelas suas decisões	23
64.5. O Ministério Público como garante da independência dos tribunais. Remissão	232
65. Dos jurados	232
66. A questão da discussão nos meios de comunicação social de questões judiciais pendentes	234

TÍTULO II - DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DOS ÓRGÃOS DE POLÍCIA CRIMINAL**CAPÍTULO I - DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

67. O Ministério Público. Conceito, origem e evolução	237
67.1. Conceito	237
67.2. Origem e evolução do Ministério Público	242
68. Organização do Ministério Público	246
68.1. Órgãos do Ministério Público	246
68.1.1. Procuradoria-Geral da República	246
68.1.2. Procuradorias-gerais distritais	248
68.1.3. Procuradorias da República	249
68.2. Agentes do Ministério Público	249
69. O exercício da ação penal pelo Ministério Público	250
70. Legitimidade do Ministério Público para a promoção do processo	251

70.1.	Considerações gerais	251
70.2.	Legitimidade do Ministério Público relativamente aos crimes públicos, semipúblicos e particulares	254
70.3.	Legitimidade do Ministério Público no caso de concurso de crimes públicos e crimes semipúblicos e particulares	255
71.	Do direito de queixa e de acusação particular	256
71.1.	Titulares do direito de queixa e de acusação particular	256
71.2.	Extensão da queixa	258
71.3.	Extinção do direito e desistência da queixa	259
71.4.	Efeitos da falta de acusação particular nos crimes particulares	261
72.	Orientação e dependência funcional dos órgãos de polícia criminal	262
73.	Impedimentos e suspeições	264

CAPÍTULO II - DOS ÓRGÃOS DE POLÍCIA CRIMINAL

74.	Órgãos e autoridades de polícia criminal	267
74.1	As corporações de polícia e a polícia criminal	267
74.2.	Da polícia criminal e das atribuições das corporações policiais	268
74.3	A Polícia Judiciária	270
75.	Natureza jurídico-processual dos órgãos de polícia criminal	272
76.	O relacionamento entre o Ministério Público e os órgãos de polícia criminal no processo penal	273

TÍTULO III - DO ASSISTENTE E DO OFENDIDO

77.	O conceito de assistente	278
78.	O assistente e o ofendido, o lesado e o queixoso	282
79.	Constituição e representação judiciária do assistente	283
79.1.	Constituição de assistente	283
79.2.	Representação judiciária do assistente	288
79.3.	Excurso. O advogado do assistente	289
80.	Atribuições dos assistentes	292
80.1.	Em geral	292
80.2.	Competência especial do assistente (art. 69.º, n.º 2)	293
80.3.	Outros direitos do assistente expressamente consagrados na lei	296
81.	A ação popular e outros casos especiais de «direito de ação»	297

TÍTULO IV - DO ARGUIDO E DO SEU DEFENSOR**CAPÍTULO I - DO ARGUIDO**

82.	Conceito e constituição de arguido	300
82.1.	Conceito de arguido	300
82.2.	Constituição de arguido	302
82.2.1.	Da constituição de arguido, em geral	302
82.2.2.	A pessoa coletiva como arguida	308
83.	Condição do suspeito ainda não constituído arguido	308
84.	Capacidade judiciária do arguido	310
85.	Direitos e deveres do arguido	314
85.1.	Direitos do arguido	314
85.2.	Deveres do arguido	319
86.	O direito à constituição de arguido e a garantia constitucional de presunção de inocência	321
86.1.	O direito à constituição como arguido	321
86.2.	A garantia constitucional da presunção de inocência do arguido	322

CAPÍTULO II - DO DEFENSOR

87.	O defensor e a função defensiva	325
87.1.	O defensor	325
87.2.	A função defensiva: defesa formal e defesa material; defesa pessoal e defesa técnica	327
88.	O estatuto do defensor	330
89.	Obrigatoriedade de assistência de defensor	333
90.	Constituição, nomeação e substituição do defensor	335
90.1.	Constituição e nomeação do defensor	335
90.2.	Substituição do defensor	335
90.3.	Imposição de advogado ao arguido, mesmo contra a sua vontade. Autodefesa	336
90.4.	Assistência a vários arguidos	339
90.5.	O defensor nomeado e o patrocínio judiciário dos economicamente carecidos	340
91.	O defensor no processo de tipo acusatório; as investigações privadas para a defesa	343
91.1.	O problema em geral	343
91.2.	Algumas questões práticas	347
91.3.	Garantia de liberdade do defensor	348
91.4.	Excurso. O advogado penalista	350

TÍTULO V - DAS PARTES CIVIS E DOS CIVILMENTE RESPONSÁVEIS PELAS MULTAS E INDEMNIZAÇÕES

CAPÍTULO I - DAS PARTES CIVIS

92. Conceito de parte civil	360
93. Legitimidade para o pedido civil	361
94. Representação judiciária das partes civis	363

CAPÍTULO II - DOS CIVILMENTE RESPONSÁVEIS PELAS MULTAS E INDEMNIZAÇÕES

95. Conceito de pessoa civilmente responsável pelas multas e indemnizações	364
96. Intervenção processual dos terceiros civilmente responsáveis pelas multas e indemnizações	365

LIVRO II - DO OBJETO DO PROCESSO

97. Conceito de objeto do processo penal	367
98. A estrutura acusatória e o objeto do processo. Requisitos formais da acusação	369
98.1. A estrutura acusatória e o objeto do processo	369
98.2. Requisitos formais da acusação. A qualificação jurídica dos factos objeto da acusação	370
98.2.1. Requisitos formais da acusação	370
98.2.2. A qualificação jurídica dos factos objeto da acusação	372
99. A limitação dos poderes cognitivos do tribunal pelos factos e sua qualificação jurídica constantes da acusação	378
100. Alteração do objeto do processo	383
100.1. Conceito de alteração do objeto do processo	383
100.2. Alteração substancial e alteração não substancial do objeto do processo	384
100.2.1. Alteração dos factos descritos na acusação	384
100.2.2. Alteração da qualificação jurídica	386
100.2.3. Proposta de interpretação	387
101. Correlação entre a acusação e a sentença	388

Bibliografia	389
---------------------	-----

Índice ideográfico	399
---------------------------	-----

O AUTOR

Germano Marques da Silva, Doutor em Direito, Professor da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa onde tem regido, especialmente, as disciplinas de Direito Penal, Processo Penal, Direito Penal Económico e Direito Penal Tributário. É coordenador e docente dos cursos de Pós-graduação, nas áreas a que especialmente se dedica, tem também dirigido e participado em Seminários na Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica, sobre o tema da Responsabilidade dos Gestores.

Foi professor convidado do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, onde foi responsável pela lecionação da disciplina de Ética Policial. Foi Diretor da Faculdade de Direito e Presidente do Gabinete de Estudos da Ordem dos Advogados.